

# Autonomia para escolas

Márcio Falcão

O governador José Roberto Arruda assinou, ontem, mensagem à Câmara Legislativa encaminhando projeto de lei que estabelece a gestão compartilhada nas 620 escolas da rede pública do DF, que o governo pretende emplacar até o fim deste ano. A idéia é dar mais autonomia às escolas com a volta da eleição dos diretores pela comunidade e também com a administração dos recursos próprios.

O texto prevê a eleição dos diretores e vices, com a participação de professores, pais de alunos, estudantes e funcionários. Para ser candidato, o professor deverá estar em sala de aula há pelo menos cinco anos, terá o perfil avaliado, passará por concurso de títulos e deverá elaborar sua plataforma de campanha, uma espécie de plano de trabalho com base nas metas de aprendizagem definidas pela Secretaria, comprometendo-se a cumpri-lo.

## ■ Avaliação

De acordo com o projeto, o diretor eleito vai permanecer à frente da escola por no mínimo dois anos, sendo avaliado por auditoria anual, podendo ser reconduzido ou não ao cargo. Os gestores serão avaliados por uma equipe da secretaria, que vai verificar se até 2010 eles foram capazes de reduzir 5% da taxa de reprovação e 5% da distorção idade-série, além de aumentar 5% nas taxas anuais de conclusão dos ensinos fundamental e médio e de ampliar em 5% os índices de rendimento escolar nas avaliações nacionais.

"É um grande avanço na Educação. Vamos trazer a comunidade para dentro de todo o processo escolar, ajudando a fis-

calizar, a cobrar resultados", afirma o secretário de Educação José Luiz Valente.

## ■ Discordância

Para o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), a idéia de submeter os professores a uma nova prova limita a participação dos candidatos e a escolha da comunidade escolar. "Não temos consenso com o governo. Acha-mos que o professor ao passar pela avaliação do concurso para a fundação está apto para se candidatar", avalia um dos diretores do Sinpro-DF, Antônio Lisboa. E acrescenta: "Vamos discutir isso na Câmara. Não pode haver uma seleção excludente porque se todos foram aprovados, mostraram que são capazes".

O projeto também estabelece a descentralização do orçamento da Secretaria de Educação, que neste ano foi de R\$ 3,148 bilhões – sendo que destes R\$ 2,847 bilhões vão ser gastos com pessoal e os R\$ 301 milhões restantes serão aplicados em gasto gerais, como merenda e transporte. As escolas passarão a ter verba própria para a compra de material de consumo e execução de pequenos reparos.

## ■ Ministro aprova

E o governo garante: quanto maior a nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), aplicado pelo Ministério da Educação, mais recursos serão liberados para as unidades de ensino. "Se me perguntarem qual o melhor sistema de escolha de diretor digo que é este porque valoriza a capacidade acadêmica e o mérito da liderança, duas vertentes que um diretor precisa ter", declarou o ministro Fernando Haddad, que participou da assinatura.



■ ARRUDA CONDECORA MINISTRO HADDAD COM A ORDEM DO MÉRITO BURITI, DURANTE CERIMÔNIA EM HOMENAGEM A MELHORES ESCOLAS DO DF

CRISTIANO MARIZ